



**PROJETO DE LEI Nº 001/2013**

***Autoriza o Município de Rio Novo-MG participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste nas Microrregiões Além Paraíba, Carangola, Juiz de Fora/Lima Duarte/Bom Jardim, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Santos Dumont, São João Nepomuceno/Bicas e Ubá – CISDESTE, e dá outras providências.***

O povo de Rio Novo por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeita Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a participação do Município de Rio Novo-MG no Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste – CISDESTE.

Art. 2º Fica o Poder Executivo do Município de Rio Novo-MG autorizado a participar no Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste Microrregiões Além Paraíba, Carangola, Juiz de Fora/Lima Duarte/Bom Jardim, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Santos Dumont, São João Nepomuceno/Bicas e Ubá – CISDESTE, podendo, para tanto, formalizar Protocolos de Intenções com os demais entes da Federação.

§ 1º. O Município participará do referido Consórcio Público que se constituirá sob a forma de associação pública.

§ 2º. A autorização prevista neste artigo dispensa a ratificação, por lei, de Protocolos de Intenções a serem firmados pelo Poder Executivo para a constituição do Consórcio Público, nos termos da Lei Federal 11.107/2005.

§3º. As Minutas dos Protocolos de Intenções deverão ser encaminhadas ao Poder Legislativo Municipal para conhecimento e acompanhamento.

§ 4º. Os Protocolos de Intenções deverão ser publicados na Imprensa Oficial quando se converterá em contrato de Consórcio Público.

Art. 3º Os objetivos do Consórcio Público serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observadas as competências constitucionais a eles atribuídas.

Art. 4º Para atender à celebração de Contratos de Rateio com os Consórcios Públicos, deverão ser consignadas, nas leis orçamentárias futuras, dotações próprias para a mesma finalidade.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO-MG**  
**Praça Marechal Floriano, nº 01 – Rio Novo - CEP:36150-000**  
**Email: prefeituraronovomg@yahoo.com.br**

contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Art. 5º. A associação pública de natureza autárquica criada a partir desta Lei integra a administração pública indireta do Município, nos exatos termos da Lei Federal nº. 11.107/05.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Novo-MG, 22 de Janeiro de 2013.

**Maria Virginia do Nascimento Ferraz**  
**Prefeita Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO-MG**  
**Praça Marechal Floriano, nº 01 – Rio Novo - CEP:36150-000**  
**Email: prefeiturarienovomg@yahoo.com.br**

Rio Novo, 22 de janeiro de 2013

## JUSTIFICATIVA

Senhora Presidenta

Senhores Vereadores

A cooperação entre os entes federados tem se mostrado um dos mais eficazes meios para que os escassos recursos públicos existentes alcancem um maior número de beneficiários.

Vários são os mecanismos existentes para que essa cooperação se efetive, dentre os quais podemos destacar, sem sombra de dúvidas, os consórcios entre os entes públicos.

Os consórcios representam uma perspectiva para a melhoria das condições de vida dos nossos habitantes, pois permitem um melhor aproveitamento dos recursos públicos, racionalizando-os. São, por si, uma iniciativa que coaduna com o princípio da eficiência (o “fazer mais com menos”) previsto na Constituição Federal de 1.988.

Com o advento da Lei Federal 11.107/05 - lei essa que regulamentou a formação dos consórcios em todo o país – os entes federados (União, Estados e Municípios) passaram a ter uma norma específica destinada a reger a formação de consórcios.

Assim, o encaminhamento do presente projeto de lei – destinado a autorizar o Município a participar de Consórcio Público cuja finalidade precípua será a **do gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) nas microrregiões de saúde de Além Paraíba, Carangola, Juiz de Fora/Lima Duarte/Bom Jardim, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Santos Dumont, São João Nepomuceno/Bicas e Ubá e o gerenciamento de ações de educação permanente em urgência destas mesmas regiões de saúde – representa, além do cumprimento das normas legais vigentes, o compromisso deste Município com uma saúde pública de qualidade.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO-MG**  
**Praça Marechal Floriano, nº 01 – Rio Novo - CEP:36150-000**  
**Email: prefeiturarienovomg@yahoo.com.br**

Este consórcio, com personalidade jurídica de direito público, passará a contar com todas as prerrogativas que um ente da administração indireta pode ter, como, por exemplo, aquelas relacionadas às questões tributárias e ao Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente.

O Protocolo de Intenções, a ser assinado pelo Município, contempla em si todas as nuances legais previstas na Lei Federal 11.107/05 para a formação de um consórcio público e a consequente participação de nosso município neste consórcio.

Estamos certos de que a autorização para o Município de Rio Novo participar da formação de Consórcio Público para gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) nas microrregiões de saúde de Além Paraíba, Carangola, Juiz de Fora/Lima Duarte/Bom Jardim, Leopoldina/Cataguases, Muriaé, Santos Dumont, São João Nepomuceno/Bicas e Ubá e o gerenciamento de ações de educação permanente em urgência, há de se constituir em um importante marco para o desenvolvimento da nossa cidade, e por consequência, para o bem-estar de nossos cidadãos.

São estas, em resumo, as razões que nos levam a submeter ao Poder Legislativo o presente Projeto de Lei.

**Maria Virginia do Nascimento Ferraz**  
**Prefeita Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO-MG**  
**Praça Marechal Floriano, nº 01 – Rio Novo - CEP:36150-000**  
**Email: prefeiturarienovomg@yahoo.com.br**

Rio Novo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assunto: Adesão a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Sudeste

Senhor Secretário,

O município de Rio Novo, neste ato representado pela Prefeita Municipal Maria Virginia do Nascimento Ferraz , vem aderir à Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Sudeste, de acordo com o disposto nos Artigos 9º e 10º da Resolução SES Nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010 e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência na Macrorregião Sudeste, garantindo, ainda, o ingresso em ente de direito público responsável pela gestão do SAMU regional e do Núcleo de Educação Permanente/NEP, bem como o repasse de contrapartida financeira municipal para custeio dos serviços.

Fábio Almeida Ribeiro Scalioni  
Secretário Municipal de Saúde de Rio Novo

Maria Virginia do Nascimento Ferraz  
Prefeito Municipal de Rio Novo

Exmo. Sr.

Antônio Jorge de Souza Marques

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais

Belo Horizonte/MG